

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
UNIDADE ACEDÊMICA DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS E
EDUCAÇÃO - UNAHCE
CURSO DE HISTÓRIA**

**SAMBA: MALANDRAGEM E NACIONALISMO NA IDEOLOGIA TRABALHISTA
NO BRASIL DA ERA VARGAS (1930-1945)**

Marilene Maximiano Virtuoso

**Criciúma – SC
2015**

MARILENE MAXIMIANO VIRTUOSO

**SAMBA: MALANDRAGEM E NACIONALISMO NA IDEOLOGIA TRABALHISTA
NO BRASIL DA ERA VARGAS (1930-1945)**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de História – UNESC, como requisito básico para obtenção do grau de licenciada no Curso de História.

Orientador (a): Prof. Me. Carlos dos Passos Paulo Matias

**Criciúma – SC
2015**

MARILENE MAXIMIANO VIRTUOSO

SAMBA: MALANDRAGEM E NACIONALISMO NA IDEOLOGIA TRABALHISTA NO BRASIL DA ERA VARGAS (1930-1945)

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de História – UNESC, como requisito básico para obtenção do grau de licenciada no Curso de História.

Criciúma, 09 de Dezembro de 2015

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Carlos dos Passos Paulo Matias – UNESC.
Professor Orientador

Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves – UNESC.

Prof. Ms. Michele Gonçalves Cardoso – UNESC.

Dedico este trabalho ao meu esposo, Geraldo, pelo apoio, pela compreensão e as palavras de incentivo que fizeram com que eu chegasse até a conclusão do curso. E a um anjo chamado Robélia, que fez parte da minha vida dizendo que: “Estudar sempre vale a pena, não importa a idade”. Minha MÃE querida, que hoje está no céu.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por dar-me forças e coragem para o cumprimento de mais esta jornada.

As minhas filhas, Gisele e Giorgia, que sempre estiveram ao meu lado, meus amores eternos.

Ao professor Carlos dos Passos Paulo Matias pela orientação segura e dedicação dispensada.

A todos os Mestres e Professores que fizeram parte da minha formação. Obrigada pelos ensinamentos e exemplos ao longo dessa jornada, em especial à professora Michelle, por acreditar na minha competência, e com palavras de incentivo, deu-me ânimo e coragem.

E aos grandes amigos conquistados na faculdade, em especial ao Júnior e Patrícia, que colaboraram na execução de muitos trabalhos acadêmicos.

**Sou doutor em samba
Quero ter o meu anel
Tenho esse direito
Como qualquer bacharel
Vou cantar a vida inteira
Para meu samba vencer
É a causa brasileira
Que eu quero defender
Só o samba me interessa
E me traz animação
Quero o meu anel depressa
Pra seguir a profissão.
(Doutor em samba, Autor: Mário
Reis. Interprete: Custódio
Mesquita, 1933)**

RESUMO

Com o fim da República Velha e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, a partir de 1930, o samba continuou a ser reprimido, por ser ainda considerado como potencialmente desestabilizador da ideologia nacionalista e trabalhista que o Varguismo buscava implantar. Dessa forma, o samba, enquanto uma manifestação popular continuou a ser visto como contrário ao progresso que se pretendia instaurar. O pouco de tolerância que havia era justificada pelo medo das autoridades em reprimir por completo os instintos “selvagens” do povo. O objetivo é analisar a utilização do samba com duas visões antagônicas: expressão X oposição à ideologia do Estado Novo.

Palavras – chaves: Samba. Malandragem. Trabalhismo. Ideologia. Getúlio Vargas.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. A ERA VARGAS E O ESTADO NOVO.....	12
2.1. DA REVOLUÇÃO AO GOVERNO PROVISÓRIO.....	12
2.2. O GOVERNO CONSTITUCIONAL.....	14
2.3. O ESTADO NOVO.....	16
2.4. O FIM DO ESTADO NOVO.....	17
3. NACIONALISMO E TRABALHISMO X SAMBA E MALANDRAGEM NA IDEOLOGIA DO ESTADO NOVO.....	20
3.1. O IDEAL DE PÁTRIA NO ESTADO NOVO.....	20
3.2. TRABALHISMO.....	22
3.3. SAMBA E MALANDRAGEM.....	25
4. O SAMBA-EXALTAÇÃO E O SAMBA MALANDRAGEM: O PODER DO CANTO QUE INSPIRA OU CONSPIRA NO ESTADO NOVO.....	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
6. REFERÊNCIAS.....	38

1 INTRODUÇÃO

O samba é um ritmo popular que teve origens no Brasil no início do século XX, criado por ex-escravos marginalizados. Seu desenvolvimento encontrava-se estritamente relacionado com as dificuldades que os pobres verificam para se inserir no sistema capitalista em formação. Nesse início, era uma forma dos negros se expressarem, em contrapartida, à opressão encontrada por parte das elites urbanas (CARVALHO, 2009).

Como se pode imaginar, esses indivíduos passaram a ser marginalizados em todos os lugares do Brasil onde a população negra se fazia presente, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, encontrando no samba uma forma de expressão e purgação das mazelas pela quais tinham passado e que ainda estavam vivenciando. É nesse momento, que nasce o “samba malandro” (GOMES, 2001).

O malandro que figurava nas letras dos sambas era um indivíduo comum, morador do subúrbio ou favela, frequentador de botequins, chegado à vida boêmia e à orgia, e que tinha a esperteza como um grande trunfo. Tal esperteza era a forma capaz de lhe fazer driblar situações desfavoráveis impostas por quem buscasse fazê-lo seguir o considerado tortuoso e penoso caminho que o levava ao trabalho (SIQUEIRA, 2009).

Com o fim da Primeira República e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, a partir de 1930, o samba continuou a ser reprimido, por ser ainda considerado como potencialmente desestabilizador da ideologia¹ nacionalista e trabalhista que o Varguismo buscava implantar. Pois a política varguista sabia que “somente uma aliança entre setores intelectualizados nacionalistas e a “verdadeira” cultura popular musical pode afirmar a “brasilidade” e evitar que ela perca autenticidade e legitimidade”. (NAPOLITANO, 2002) Dessa forma, o samba, enquanto uma manifestação popular continuou a ser visto como contrário ao progresso que se pretendia instaurar. O pouco de tolerância que havia era justificada pelo medo das autoridades em reprimir por completo os instintos “selvagens” do povo.

Para ajudar a reprimir a apologia à malandragem, o Estado Novo com a instalação em 1939 do DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda (encarregado de

¹ O termo ideologia aparece pela primeira vez na França, após a Revolução Francesa (1789), no início do século XIX, em 1801, no livro de Destutt de Tracy, *Eléments D'Idéologie* (Elementos de Ideologia). Juntamente com o médico Cabanis, com De Gérando e Volney, Destutt de Tracy pretendia elaborar uma ciência da gênese das ideias, tratando-as como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente. Elabora uma teoria sobre as faculdades sensíveis, responsáveis pela formação de todas as nossas ideias: querer (vontade), julgar (razão), sentir (percepção), e recordar (memória) [...]. Assim, a ideologia, que inicialmente designava uma ciência natural da aquisição, pelo homem, das ideias calcadas sobre o próprio real, passa a designar, daí por diante, um sistema de ideias condenadas à desconhecer sua relação real com a realidade. (CHAUI, 2001. p. 25-28)

censurar os meios de comunicação social e coordenar a propaganda oficial) passou a censurar as letras musicais, entre elas as de samba, que não estivessem de acordo com a imagem e ideal do país buscada pelo governo (SIQUEIRA, 2009). Com isso, o malandro, o samba malandro e o samba com caráter subversivo, deveriam ser afastados do meio musical no Estado Novo. Desse modo, sambistas (e outros cantores e compositores) passaram a ser vigiados. Vê-se que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1970. p.10)

Mas nessa política antimalandragem e em meio a toda a repressão e pressão para a exaltação do trabalho, o samba malandro não deixou de existir.

Contier, atento às relações que vão se estabelecendo entre governo e os artistas, nos coloca que

os ideólogos do Estado Novo ou do Brasil Novo perceberam claramente a importância dos meios modernos de comunicação (rádio, jornal, disco) e de algumas artes (música) como recursos capazes de politizar rapidamente as massas populares... (CONTIER, .p.38)

Frente a isso, este estudo procura elucidar a seguinte questão: como num período marcado pela disciplina ao trabalho e à política antimalandragem as letras dos sambas eram utilizadas como instrumento de protesto, driblando os aparelhos repressores do Estado?

A pesquisa insere-se na linha da história cultural. Tendo como objeto a música. Pois na medida em que podemos considerar que “todos os gestos, todas as condutas, todos os fenômenos objetivamente mensuráveis sempre são o resultado das significações que os indivíduos atribuem às coisas, às palavras e às ações” (CHARTIER, 2007. p.33) Com o Samba na Era Vargas não foi diferente. Destarte, a intenção é fazer uma “leitura cultural” das letras dos sambas objetivando analisar a utilização do samba com duas visões antagônicas: expressão X oposição à ideologia do Estado Novo. Pois a música sempre fez parte da história da humanidade.

Ela é componente histórico de qualquer época, portanto oferece condições de estudos na identificação de questões, comportamentos, fatos e contextos de determinada fase da história. Os estudantes podem apreciar várias questões sociais e políticas, escutando canções, música clássica ou comédias musicais. (CORREIA, 2003, p. 84-85)

Buscar-se-á esclarecer como o samba foi utilizado com posições contrárias no governo Vargas, pois de um lado, o samba foi incentivado pelo governo para exaltar o nacionalismo e a política do trabalho, enquanto de outro, o samba malandro continuou a ser difundido para se opor ao sistema.

A partir da compreensão da música popular, em particular o samba, como elemento histórico-cultural da formação do Brasil, este estudo visa a contribuir para compreender como este gênero de música popular se articula em termos de produção de um discurso nacionalista, por um lado, e como instrumento de opor à ideologia que se buscava implementar. Estas bases de pensamento da música popular brasileira ajudaram a constituir a tradição, foram filtros da memória e carregam em si as marcas de uma historicidade peculiar (a reorganização das bases culturais nacional, entre os anos 20 e 30, e seu questionamento nacionalista, à esquerda, nos anos 50 e 60). (NAPOLITANO, 2002) Mas, ao longo desta trajetória, outras historicidades irão intervir no redimensionamento e revisão destas bases estético-ideológicas, não só do samba, mas do próprio conceito de música popular brasileira. Isso fica claro, por exemplo, no status que alcançou um piano no Império e na Primeira República (toda família de “bem” que se prezava comprava um piano para a filha aprender), e o status que não tinha um violão (instrumento de vadio, de músico não “erudito”).

Mapear e criticar essas bases de pensamentos e intervenção cultural nos ajuda a superar uma visão excessivamente linear da música brasileira, que tende a organizar uma trajetória histórica multifacetada e híbrida em eventos, personagens e gêneros excessivamente delimitados, organizados e analisados na forma de juízos de valores que, apesar de inevitáveis e necessários para a experiência estética da música, podem conter armadilhas para a interpretação histórica. (NAPOLITANO, 2002). Com isso, analisa-se interações entre diferentes atores e espaços que produzem, consomem e censuram a música popular, para legitimar e para contradizer o discurso nacionalista assentado na construção do Estado-nação considerado ideal.

Assim, acredita-se que o estudo contribui para esclarecer aspectos históricos do período, a partir da análise das ações intervencionistas estatais e as formas de resistência e de oposição ao regime, com os seus devidos reflexos nas questões culturais, sociais e econômicas do Brasil no Estado Novo.

A metodologia utilizada para o estudo será a de revisão bibliográfica. Conforme Demo (2010), a pesquisa bibliográfica é utilizada em todas as investigações ou pesquisas científicas, desde quando se escolhe o tema até a parte de realização da pesquisa propriamente dita. É feita por materiais que já se encontram disponíveis; para tanto, serão utilizadas fontes históricas, tais como livros, artigos, teses, artigos, inclusive do meio virtual, sobre os temas em questão.

Dessa forma, o trabalho será estruturado em três capítulos: O Estado Novo; o

samba; e samba malandragem perante a censura imposta no período.

2 A ERA VARGAS E O ESTADO NOVO

Este capítulo tem como objetivo apresentar uma contextualização do governo de Getúlio Vargas durante seu primeiro mandato (1930-1945). É uma breve sistematização dos fatos essenciais ou momentos mais importantes do que se convencionou chamar de "Era Vargas", com a intenção de se verificar as variáveis que definem as mudanças políticas, econômicas e sociais durante esses quinze anos que Vargas esteve no poder, nas três fases desse seu primeiro mandato.

Acredita-se que esta contextualização é necessária, para se poder, na sequência, verificar aspectos da ideologia do período, com ênfase no Trabalhismo, para, em seguida, abordar o tema samba e suas formas de legitimar e/ou desconstruir a ideias propagadas pelo regime varguista

Desta forma, este capítulo restringe-se ao período 1930/1945, em que Vargas manteve-se ininterruptamente no poder, em um regime autoritário fechado, sobretudo na fase do Estado Novo. Devido a isso, não se detém ao período pós-1945, quando Vargas é deposto e altera profundamente o curso da sua carreira política, mesmo retornando à Presidência pela via democrática, em seu segundo mandato (1951-1954), pois esta fase encontra-se inserida em um nível bastante diferente do contexto político anterior e do que se pretende retratar no presente trabalho.

2.1 DA REVOLUÇÃO AO GOVERNO PROVISÓRIO

Nascido em São Borja, no Rio Grande do Sul, Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954) graduou-se Bacharel pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, no ano de 1907, elegendo-se deputado estadual, deputado federal e líder da bancada gaúcha entre 1923 e 1926, pelo Partido Republicano Rio Grandense. Também ocupou a pasta da Fazenda, como ministro de Washington Luís (1926-1927). Entre 1927 e 1930 foi presidente (governador) do Rio Grande do Sul (MATIAS, 2009).

Sua família era próspera e tinha ligações políticas com o chefe político do Rio Grande do Sul, Antônio Augusto Borges de Medeiros. Vargas tinha uma posição política

dentro da máquina de Borges de Medeiros, na Assembleia do Estado e mais tarde como um congressista no Legislativo brasileiro no Rio de Janeiro. Quando Washington Pereira ganhou a presidência do Brasil em 1926, em gratidão pelo apoio político de Borges de Medeiros, nomeou Vargas como o ministro das Finanças do Brasil. Depois alguns anos de experiência na política nacional, Getúlio Vargas retornou a seu estado de origem a ser eleito governador em 1927 (BERCITO, 1990).

Vargas foi o presidente que mais tempo governou o Brasil, nas duas vezes (de 1930 a 1945, e de 1951 a 1954), em que esteve no poder. O primeiro período é dividido em três fases: Governo Provisório (1930-34); Governo Constitucional (1934-37) e Estado Novo ou Ditadura (1937-45).

A projeção nacional de Getúlio Vargas veio com a Revolução de 1930, da qual foi o principal líder, num movimento autoproclamado como revolucionário. Naquele ano, Getúlio Vargas foi escolhido como o candidato da Aliança Liberal para disputar as eleições para a Presidência do Brasil. Conforme Ferreira e Delgado (2003), a regra de ouro da política brasileira na época exigia que a presidência se alternasse entre o Estado de São Paulo e Minas Gerais, na chamada política “café-com-leite”. A oligarquia paulista, capitaneada pelo então presidente Washington Luís, desviou-se da prática e indicou o paulista Júlio Prestes como candidato a seu sucessor. Reagindo à quebra do pacto, o governador mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada articulou a Aliança Liberal, indicando o gaúcho Getúlio Vargas.

Nas eleições, venceu Júlio Prestes, mas os derrotados não se conformaram, desencadeando uma revolta armada, que levou Getúlio Vargas ao poder, mantendo-se na presidência até 1934, em caráter provisório.

Neste sentido, não se pode deixar de lembrar o apoio da Igreja Católica ao golpe. A Igreja levou a massa da população a apoiar o novo governo, que em troca, tomou medidas importantes a seu favor, como a instituição do ensino de religião nas escolas públicas, em 1931 (FAUSTO, 2002).

A montagem do governo provisório também tinha a preocupação latente com o reconhecimento internacional, especialmente por parte dos Estados Unidos, que tinham boas relações com o governo deposto. Havia, ainda, preocupação com a reação dos britânicos, que eram os maiores credores da dívida brasileira. Não houve, entretanto, problemas com o reconhecimento do governo Vargas (CERVO; BUENO, 2002, p. 233).

Fausto (2002) comenta que as medidas centralizadoras do governo provisório surgiram desde cedo. Em novembro de 1930, Vargas assumiu não só o Poder Executivo como o Legislativo, ao dissolver o Congresso Nacional, os legislativos estaduais e municipais.

Todos os antigos governadores, com exceção do novo governador eleito de Minas Gerais, foram demitidos e, em seu lugar, nomeados interventores federais. Em agosto de 1931, o chamado Código dos Interventores estabeleceu as normas de subordinação destes ao poder central. Limitava também a área de ação dos Estados, que ficaram proibidos de contrair empréstimos externos sem a autorização do governo federal; gastar mais de 10% da despesa ordinária com os serviços da polícia militar; dotar as polícias estaduais de artilharia e aviação ou armá-las em proporção superior ao Exército.

Além disso, Vargas centralizou a política do café em suas mãos. Em maio de 1931, o controle desta política passou para Conselho Nacional do Café (CNC), sem a influência direta dos cafeeiros (FAUSTO, 2002).

No governo provisório, Vargas fez com que o Brasil seguisse rumos muito parecidos dos que estavam sendo trilhados pelos países europeus. Isso porque, a Era Vargas surgiu dentro de uma onda de transformações pela quais passava o mundo, facilitando uma identificação com o fascismo europeu, que segundo Sombrio (2011, p. 10) “pregava total poder ao Estado nas relações sócio-político-econômicas”.

Neste sentido,

Mussolini chegou ao poder na Itália em 1923, Hitler com sua ascensão à Chancelaria em 1933, acabou por desintegrar a República de Weimar; Salazar, em 1929, chegou a primeiro-ministro de Portugal; a Espanha se encontrava, entre 1936 e 1939, banhada no sangue de uma guerra civil. A França vinha enfrentando fortíssimos movimentos nacionalistas de direita desde o fim do século XIX, e teve, no caso Dreyfus, um divisor de águas da política e da sociedade (OLIVEIRA; VELLOSO; GOMES, 1982, p. 7).

Contudo, nos primeiros anos do governo Vargas as greves continuaram a ocorrer, os operários a se manifestar. Conforme Bercito (1990), somente em 1932 foram deflagradas no país 24 greves. As razões eram muitas. Os efeitos da crise econômica ocorrida a partir de 1929 se faziam sentir na alta do custo de vida que os baixos salários não acompanhavam. Os empresários recusavam-se a cumprir as medidas que beneficiariam os trabalhadores, como a que estipulava a jornada de trabalho de oito horas. A lei de sindicalização promulgada em 1931 procurava retirar a autonomia das organizações operárias.

2.2 O GOVERNO CONSTITUCIONAL

Na segunda fase de seu governo, chamada de Constitucional, entre 1934 a 1937, Getúlio promulgou uma nova Constituição Federal, legalizando sua permanência no poder. Também é dessa época a reorganização do sistema político através da criação de uma

legislatura com representantes estaduais e do setor social, instituiu a obrigatoriedade do voto e tornou-o secreto; criou a Justiça Eleitoral para dar maior confiabilidade às eleições. Vargas ainda instituiu o salário mínimo, a jornada de trabalho de oito horas, o repouso semanal e as férias anuais remunerados e a indenização por dispensa sem justa causa. Sindicatos e associações profissionais passaram a ser reconhecidos, com o direito de funcionar autonomamente (BERCITO, 1990).

Em janeiro de 1935, forças de esquerda formaram a Aliança Nacional Libertadora. Nesta reuniram-se o Partido Comunista Brasileiro, socialistas e outros, tendo como presidente de honra Luís Carlos Prestes, do PCB. Antifascistas, condenavam o latifúndio e defendiam reformas sociais profundas, que ameaçavam a estrutura social vigente. Propondo claramente a deposição de Vargas, a Aliança foi colocada na ilegalidade. Sob a liderança do PCB organizou-se um levante em Natal, Recife e Rio de Janeiro: a Intentona Comunista². Frustrado o movimento, fracassaram os comunistas em sua tentativa de tomar o poder. A repressão que se seguiu foi violenta. A recém-promulgada Lei de Segurança Nacional foi aplicada amplamente. Os participantes da Aliança foram presos ou deportados. Mas não só eles. A perseguição atingiu todos os setores de esquerda (BERCITO, 1990).

Sob forte propaganda de ameaça de instabilidade social, Getúlio preparou a condução do regime para a ditadura. Mas, conforme Fausto (2002), faltava um pretexto para reacender o clima golpista; foi quando surgiu o Plano Cohen. O “plano” era um relato a ser publicado, mostrando como seria uma insurreição comunista, que provocaria massacres, saques, incêndios de igrejas, desrespeito aos lares e depredações.

A "descoberta" do “plano” de tomada de poder pelos comunistas, na verdade fabricado pelo próprio governo, levou Vargas, Apoiado pela cúpula das Forças Armadas, por intelectuais e outros, a suspender a Constituição, abolir os partidos políticos e conduzir o golpe.

Na manhã de 10 de novembro de 1937, publicou-se no Diário Oficial o texto de uma nova Constituição. No mesmo dia, tropas cercaram o Congresso, que foi dissolvido. Estava dado o golpe. Seu anúncio foi feito à noite, diante do microfone da Rádio Nacional, no programa A Hora do Brasil³, com um discurso de Getúlio transmitido por todo o país pelo rádio. Nele, o presidente procurava justificar a instalação da ditadura como uma necessidade para manter a estabilidade social.

² *Intentona Comunista* – definição que fazia alusão à noção de *plano louco ou insano*, conforme registram os dicionários da época. (DEL PRIORI e RENATO, 2001, p. 316)

³ Programa radiofônico que existe até hoje. Na época chegou a ser apelidado de “*Fala Sozinho*”. (IDEM, 2001, p. 325).

Chega-se em 1937 ao Estado Novo, que se estendeu até 29 de outubro de 1945.

2.3 O ESTADO NOVO

Segundo Fausto (2002), o Estado Novo foi implantado no estilo autoritário, sem grandes mobilizações. O movimento popular e os comunistas tinham sido abatidos e não puderam reagir; a classe dominante aceitava o golpe como inevitável e até benéfico. O Congresso, dissolvido, submeteu-se.

Conforme relata Bercito (1990, p. 9-10):

Consolidava-se um processo já esboçado desde o início do governo Vargas rumo ao autoritarismo político e à concentração do poder nas mãos do Estado. A partir daí, este procurou agir diretamente em todos os setores da vida do país: da economia à educação, da saúde à regulamentação do trabalho, das comunicações aos esportes. Diversos órgãos foram criados em todos os setores, a burocratização caminhou a passos largos cada vez mais na sociedade. Das decisões relativas a aspectos fundamentais da vida.

O Estado Novo se caracterizou pela primazia do Executivo, que agia sem interferência dos partidos políticos ou do Legislativo. Conforme relata Goulart (1990), fez do Estado a entidade suprema, identificado com a própria nação. E firmou, dentro da estrutura organizativa estatal, a autoridade inquestionável de seu chefe.

Para Fausto (2002), a inclinação centralizadora, revelada desde os primeiros meses após 1930, realizou-se plenamente. Os Estados passaram a ser governados por interventores, eles próprios controlados pelo governo federal.

No primeiro ano do Estado Novo, Getúlio Vargas fez editar uma nova Constituição, dessa vez outorgada (tornada pública). Com isso, instituiu o regime ditatorial do Estado Novo: a suspensão de imunidades parlamentares, a prisão e o exílio de opositores. Suprimiu também a liberdade partidária e extinguiu a independência dos poderes e a autonomia federativa. Governadores e prefeitos passaram a ser nomeados pelo presidente, cuja eleição também seria indireta. Vargas, desse modo, permaneceu no poder, sem aprovação de sua continuidade, até 1945.

Goulart (1990) comenta que o Estado Novo era respaldado por uma Constituição de princípios centralizadores, hierarquizantes e nacionalistas, facultando o presidente a governar por decretos-leis.

Também para Weffort (2006), muitas vezes, o Estado Novo foi identificado com fascismo, uma vez que, a doutrina do Estado Novo propunha todo o poder necessário ao Estado, visto como única instituição capaz de garantir a coesão nacional e de realizar o bem

público, para além dos interesses reais, dos indivíduos e dos grupos. Desenvolve, também, a crença no homem excepcional, como o único capaz de expressar e de construir a nova ordem.

Para Goulart (1990), a base da implantação do Estado Novo foi o aumento das tensões e conflitos políticos e sociais que, em essência, ocorriam na emergência de uma sociedade urbano-industrial, resultante do aprofundamento do modo de produção capitalista. A ideologia dominante no Estado Novo representava os interesses do capital, tanto o industrial como o agrário, incorporando interesses das classes médias e operárias. O novo regime buscava reorganizar a sociedade, visando o controle da crise econômica e a neutralização das novas forças sociais que emergiam na arena política, de modo a possibilitar o processo de expansão das forças produtivas. O discurso do corporativismo, do trabalhismo e de unidade nacional permeou toda a era Vargas, em especial no Estado Novo.

De fato, no discurso mítico do trabalhismo o mito de doação ocupou lugar central. Getúlio Vargas, o líder populista de maior prestígio que o Brasil já conheceu, teve sua trajetória política particularmente associada à “outorga” das leis “protetoras” do trabalho, ponto de honra na imagem popular que dele se projetou. O mito da doação se propagou com maior intensidade, principalmente a partir do “Estado Novo”, e pela sua difusão tentou fazer crer que a legislação social não passaria de uma dádiva caída dos céus getulistas sobre a cabeça dos trabalhadores brasileiros. (PARANHOS, 1999, p. 23)

Devido a isso, conforme D’Araújo (1999), O Estado Novo caracterizou-se pelo desenvolvimento econômico, o controle sobre os trabalhadores, sobre os sindicatos, o nacionalismo, o planejamento estatal, a legislação social, os Investimentos públicas e, sobretudo, pelo papel atribuído ao Estado como agente econômico.

2.4 O FIM DO ESTADO NOVO

O Estado Novo foi arquitetado como um governo autoritário e modernizador que deveria durar muitos anos. Porém, seu tempo de vida acabou sendo curto, prolongando-se por apenas oito anos.

Para Fausto (2002), os problemas do regime resultaram mais da inserção do Brasil no quadro das relações internacionais do que das condições políticas internas do país. Essa inserção impulsionou as oposições e abriu caminho a divergências no interior do governo e a partir de 1943 começaram a ser ouvidos fortes clamores contra a ditadura.

Um dos motivos foi a entrada do Brasil na Segunda Guerra em 1942, que, exigida por amplos setores da população, havia colocado uma contradição interna para o país. Externamente combatia-se o nazi-fascismo, defendendo-se a democracia, e, internamente,

convivia-se com um Estado autoritário.

Para Bercito (1990), na verdade, durante muito tempo após o início do conflito mundial, o Brasil conservou uma certa indefinição quanto ao lado que apoiaria. Vargas em alguns discursos não escondia sua simpatia pelos países do Eixo. Mas a partir de 1941, intensificaram-se as relações econômicas com os Estados Unidos, que envolviam empréstimos significativos, forçando uma definição pelos aliados.

Sobre isso, Fausto (2002, p. 362) comenta:

Após a entrada do Brasil na guerra e os preparativos para enviar a FEB à Itália, personalidades da oposição começaram a explorar a contradição existente entre o apoio do Brasil às democracias e a ditadura de Vargas. A primeira manifestação ostensiva nesse sentido foi o Manifesto dos Mineiros, datado de 24 de outubro de 1943. Com isso, os assinantes do manifesto queriam demonstrar que não pretendiam voltar às práticas políticas existentes na Primeira República, assinalando, ao mesmo tempo, sua percepção de que a Revolução de 1930 fora desviada de seus objetivos democráticos.

Conforme Bercito (1990), o Manifesto dos Mineiros, assinado por 76 personalidades de Minas Gerais, pedindo a redemocratização do país começou a circular clandestinamente. Estudantes paulistas em passeata exigiam o fim da ditadura. Em janeiro de 1945, o I Congresso Brasileiro de Escritores, em São Paulo, defendia a liberdade de expressão e a convocação de eleições.

A situação, então, começava a fugir do controle. A ditadura se desestabilizava. Seu mandato legal no cargo deveria expirar em 1943, mas Vargas anunciou que, devido à situação de emergência relativa à II Guerra Mundial, ele iria continuar, com a promessa de uma nova eleição o mais rapidamente possível. Quando a guerra terminou, pareceu que Vargas não tinha escolha, a não ser permitir as eleições. Na época, a lei eleitoral era a de que qualquer funcionário do governo que desejasse concorrer a um cargo público, deveria renunciar ao cargo um ano antes da eleição, de modo a favorecer um nível de igualdade com os outros candidatos. Quando o prazo chegou para que Vargas deixasse a Presidência para concorrer, não houve a renúncia. Líderes ligados ao governo, opositores e os militares suspeitavam que ele iria encontrar uma desculpa para adiar a eleição e continuar no cargo. Com isso, a delegação que representava um grupo de figuras militares confrontou Vargas em outubro de 1945 e lhe disse que ele teria que abandonar o poder, caso contrário, não seria autorizado a concorrer (FERREIRA; DELGADO, 2003).

Paralelamente, crescia um movimento popular, o “quererismo” (queremos Vargas no Poder) que defendia a manutenção de Getúlio no poder para conduzir a reconstitucionalização do país. Só posteriormente deveriam ser realizadas eleições diretas

para presidente, nas quais Getúlio deveria concorrer (FERREIRA; DELGADO, 2003).

Contudo, afirma Fausto (2002), que o efeito causado pelo “quererismo” foi profundamente negativo. Parecia claro que Getúlio queria manter-se no poder, seja como presidente ou como ditador. Desse modo, as Forças Armadas, antigas aliadas em 30 e 37, voltaram a agir para depor Vargas (BERCITO, 1990).

Segundo Fausto (2002), forçado a renunciar, ele se retirou do poder fazendo uma declaração pública de que concordara com sua saída. Não foi exilado e voltou para sua cidade natal, São Borja.

Deposto em 1945, voltaria à presidência em 1950, não chegando a completar o mandato por cometer suicídio em 1954. De acordo com Weffort (2006), sua morte causou enorme impacto na opinião pública e assegurou dez anos de sobrevivência política a seus seguidores, representados nos governos de Juscelino Kubitschek (1955-1960) e João Goulart (1961-1964).

3 NACIONALISMO E TRABALHISMO X SAMBA E MALANDRAGEM NA IDEOLOGIA DO ESTADO NOVO

O Estado Novo teve uma ideologia nítida em fazer produzir, ou aproveitar para seu uso, um conjunto de princípios e ideias, pelos quais justificava seu papel na sociedade e na história brasileira.

Conforme Oliveira, Velloso e Gomes (1982), a ideologia é aquilo que justifica e compromete a crença que confere caráter justo e necessário aos empreendimentos humanos. A ideologia desempenha uma função de integração da sociedade, interpretando e justificando, fundamentalmente, o sistema de autoridade.

No Estado Novo, afirma Sombrio (2011), a crença era a de que, por meio do apego às causas pátrias (nacionalismo) e da dedicação forte ao trabalho (trabalhismo), o Brasil se desenvolveria mais como Nação.

Além disso, no Brasil, segundo Carvalho (2009), a pobreza era considerada até o início da República como sendo algo útil, pois seria um estímulo ao trabalho. As relações capitalistas associadas à compra e venda da força de trabalho vieram a mudar em um longo processo a visão um tanto quanto positiva da pobreza, que passaria a ser considerada nem tão útil e até mesmo perigosa. A pobreza deveria ser combatida, pois ela simbolizava todos os problemas nacionais. No Estado Novo, o governo lançou uma estratégia político-ideológica de valorização do trabalho para combater a pobreza no Brasil. A Justiça do Trabalho, a legislação sindical, trabalhista e previdenciária foram medidas que politicamente visavam uma ordenação do mercado de trabalho.

Com base nestas considerações, este capítulo apresenta aspectos sobre as ideologias do nacionalismo e trabalhismo na Era Vargas, bem como as formas de combater a “malandragem” no período.

3.1 O IDEAL DE PÁTRIA NO ESTADO NOVO

Os termos “nação”, “nacionalismo”, “nacional”, “pátria”, “patriotismo”, “civismo” foram usados insistentemente nos discursos oficiais do período. Conforme Bercito (1990), construir a nação e a nacionalidade brasileira era a palavra de ordem sempre presente, permeando e justificando todas as realizações. Nas palavras da autora:

O Estado Novo (que não por acaso se auto-referia como Estado Nacional) apresentava-se como a síntese da nação. Ele dizia representar os interesses nacionais, sem necessidade de mediação de representantes políticos. Procurava-se

com isso justificar a ditadura, apresentada como um "novo tipo de democracia". Apregoando a defesa dos interesses nacionais, o objetivo principal que o governo dizia ter era fazer do Brasil uma grande nação. Em nome disso, na verdade, cuidava-se de fazer avançar um projeto de industrialização que aprofundava a dominação do capital. Na formação dessa Grande Nação, tarefa que o Estado Novo apontava como sua, buscava-se a colaboração de todos os brasileiros, apresentada como uma necessidade patriótica (BERCITO, 1990, p. 38).. .

Devido a isso, o nacionalismo foi um dos princípios mais fortes da ideologia estadonovista, um nacionalismo centrado na figura do homem brasileiro (SOMBRIO, 2011).

O Estado Novo procurava fazer crer que a política que desenvolvia defendia, na verdade, "os interesses gerais da nação". Daí a necessidade de se criar um regime de "colaboração nacional", em que todos os setores deveriam participar. Ao integrar todos os brasileiros, de operários a patrões, como componentes do país nação, mascaravam-se as contradições de classe e os interesses divergentes. Com esse objetivo procurava-se incentivar o nacionalismo e o patriotismo. Em nome dos interesses nacionais se davam todas as realizações. Porém, por trás da ideia de nação, a repressão, as desigualdades sociais, a dominação (BERCITO, 1990, p. 10).

O Nacionalismo, por sua vez, complementava essa ideia autoritária, pois legitimava a soberania como atributo exclusivo do Estado, assim como a capacidade da ação do governo federal sobre todo o território nacional. Eram esses os ingredientes considerados necessários à criação da nacionalidade. Além disso, o nacionalismo pressupunha a identificação de todos os membros da sociedade a um destino comum, originado no passado, assim como identificava como nação uma coletividade histórica, um conjunto de valores morais, que constituísse um todo orgânico, cujos objetivos se realizavam por meio do Estado: o responsável pela manutenção da ordem moral, o tutor da virtude cívica e da consciência imanente da coletividade. O nacionalismo justificava-se, portanto, na "consciência do atraso", o que também justificava a defesa do papel predominante do Estado. Ele representava a possibilidade do Brasil superar a distância em relação às nações desenvolvidas, pela modernização (GOULART, 1990, p. 16).

Com isso, a construção da nação tinha em Getúlio Vargas seu grande guia. Sua imagem foi bastante cultivada pela máquina de propaganda do regime. Nas publicações oficiais, nas biografias, nos eventos de massa, nas fotografias afixadas em todos os lugares, enaltecia-se a figura do presidente. Reforçava-se seu poder carismático ora apresentando-o como um homem do povo, ora dotando-o de qualidades excepcionais. Construía-se a imagem do líder identificado com os interesses nacionais, capaz de empreender as reformas necessárias ao país. De uma forma paternalista. Getúlio era apresentado como o "pai dos pobres", o "pai dos trabalhadores", aquele que através da legislação trabalhista e de reformas sociais estaria defendendo os menos favorecidos.

Amparado nesse ideal de nação, Vargas, portanto, criou uma legislação que visava

a classe trabalhadora, a fim de ganhar sua lealdade e apoiar o governo paternalista que introduziu seu governo. A doutrina para justificar este sistema foi o "trabalhismo".

3.2 TRABALHISMO

Sob o viés do nacionalismo, articula-se outro cerne da ideologia do período: o trabalho ou a ênfase na dimensão humana do trabalho, que seria uma forma de se conquistar o ideal de riqueza e cidadania almejado pela política nacionalista, e o Estado seria facilitador dessa conquista.

Num diagnóstico dos problemas do país na época surge uma demanda por uma nova esfera de intervenção do Estado: a intervenção no mercado de trabalho. Esta intervenção objetivava evidentemente o trabalho urbano, conturbado por agitações grevistas cada vez mais consideradas ameaçadoras, mas alcançava também o trabalho rural, desorganizado e completamente abandonado. A grande questão era, portanto, não só organizar o mercado de trabalho, livrando-o de distúrbios, como fundamentalmente combater a pobreza que sintetizava (como numa síndrome) todos os problemas nacionais (GOMES, 1982).

Dessa forma, o trabalho, completamente desvinculado da situação de pobreza seria o ideal do homem na aquisição de riqueza e cidadania.

Os anos 30 inauguraram-se sob este legado, e as medidas que neste período se implementam são uma demonstração da intensidade e atualidade do problema que se enfrentava. É a partir deste momento que se pode identificar toda uma política de ordenação do mercado de trabalho, materializada na legislação trabalhista, previdenciária, sindical e também na instituição da Justiça do Trabalho. Pode-se também detectar toda uma estratégia político-ideológica de combate à pobreza, que estaria centrada justamente na promoção do valor do trabalho. O meio por excelência de superação dos graves problemas sócio-econômicos do país – (cujas causas mais profundas radicavam-se no abandono da população) seria justamente o de assegurar a esta população uma forma digna de vida o que significava, em última instância, conduzi-la ao trabalho. Promover o homem brasileiro e defender o progresso e a paz do país eram objetivos que se unificavam em uma mesma e grande meta: transformar o homem em cidadão/trabalhador, responsável por sua riqueza individual e também pela riqueza do conjunto da nação (GOMES, 1982, p. 152).

A aprovação e a implementação de direitos sociais estariam, deste modo, intrinsecamente ligadas a uma política ideológica de revalorização do trabalho como dimensão essencial da revalorização do homem. O trabalho passaria a ser um direito e um dever do homem; uma tarefa moral e ao mesmo tempo um ato de realização; uma obrigação para com a sociedade e o Estado, mas também uma necessidade para o próprio indivíduo encarado como cidadão.

Devido a isso, conforme Matias (2009), foram notáveis as iniciativas de Getúlio,

no Estado Novo, em prol dos trabalhadores, área em que deixou sua marca registrada, a partir de uma política econômica que gerou empregos e medidas na área do trabalho que favoreceram os trabalhadores.

Para Fausto (2002), tais medidas foram inspiradas na Carta del Lavoro, vigente na Itália fascista e se consistiram na criação da Justiça do Trabalho em 1º de maio de 1939; criação, em 1º de maio de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (que ainda estão em vigor, como o principal código de regulação dos trabalhadores no país); criação do salário mínimo, do 13º salário e o direito a férias. Organizou-se também o sindicato, tornando-o ainda mais dependente do Estado, e as federações e confederações sindicais.

Como se verifica, o trabalho, completamente desvinculado da situação de pobreza e amparado por uma proteção legal, seria o ideal do homem na aquisição de riqueza e cidadania. Sobre isso, menciona Fausto (2002, p. 375):

O guia e pai doava benefícios a sua gente e dela tinha o direito de esperar fidelidade e apoio. Os benefícios então eram fantasias. Mas a sua grande rentabilidade política se deve a fatores sociais e à eficácia da construção simbólica da figura de Getúlio Vargas, que ganhou forma e conteúdo no curso do Estado Novo.

Sombrio (2011, p. 32) também reflete:

O governo oferecia condições de melhoria no trabalho, mas em contraponto cobrava empenho por parte do trabalhador, defendendo a ideia de que o trabalho era mais do que uma atividade pesada que o auxiliava no seu sustento e de sua família. A pessoa se definia por sua profissão, vivendo-a intensamente e assumindo sua condição de trabalhador como centro de sua vida. A proposta do governo, portanto, era ressignificar o trabalho, humanizá-lo, colocando-o como uma fonte de dignidade. O trabalhador era o braço forte da nação que colocava o Brasil para frente. Esse tipo de discurso inflava o ego do trabalhador brasileiro da época, convencendo-o de que com o seu ofício estava contribuindo para o desenvolvimento e o progresso nacional. Por isso trabalho e nacionalismo estão sempre conectados, pois juntos se tornam mais fortes na inculcação da ideologia estadonovista, mostrando ao trabalhador que, sendo dedicado, será um bom cidadão e, conseqüentemente, estará contribuindo com a nação. Todos os argumentos possíveis são válidos para o convencimento de que o trabalho realmente é o caminho para a redenção social e pessoal.

Porém, para Bercito (1990), mesmo que se costume apontar a legislação trabalhista como um benefício trazido pelo governo de Getúlio, não se pode esquecer todo o esforço do movimento operário, a luta empreendida em décadas anteriores, no sentido de conquistar esses direitos. Só que no final essas medidas foram estabelecidas sem a participação dos maiores interessados: os trabalhadores.

Isso porque, as questões trabalhistas foram deslocadas da área da política, oferecendo-se a elas soluções técnicas definidas pela burocracia do Estado. Vale lembrar ainda que os empresários resistiram para implantar as medidas da lei, o salário mínimo

mostrou-se desde logo insuficiente, e os trabalhadores rurais até bem pouco tempo não tinham sido atingidos por esses benefícios. Por outro lado, com a Justiça do Trabalho, um organismo burocrático ocupado por técnicos, afastava-se cada vez mais a possibilidade de intervenção direta dos trabalhadores na defesa dos seus interesses.

Além disso, pode-se citar a Constituição Federal outorgada em 1937, que aproximava a ociosidade, vadiagem a crime, prescrevendo o “trabalho como um dever social”, em seu artigo 136. A mesma lei entendia a greve como um “recurso antissocial” em seu artigo 139:

Art 136 - O trabalho é um dever social. O trabalho intelectual, técnico e manual tem direito a proteção e solicitude especiais do Estado. A todos é garantido o direito de subsistir mediante o seu trabalho honesto e este, como meio de subsistência do indivíduo, constitui um bem que é dever do Estado proteger, assegurando-lhe condições favoráveis e meios de defesa.

Art 139 - Para dirimir os conflitos oriundos das relações entre empregadores e empregados, reguladas na legislação social, é instituída a Justiça do Trabalho, que será regulada em lei e à qual não se aplicam as disposições desta Constituição relativas à competência, ao recrutamento e às prerrogativas da Justiça comum.

A greve e o *lock-out* são declarados recursos antissociais nocivos ao trabalho e ao capital e incompatíveis com os superiores interesses da produção nacional (BRASIL, 1937).

Paranhos (2007) considera que o trabalho disciplinado era a “régua” por meio da qual se mediria o senso de responsabilidade social dos cidadãos, especialmente dos membros das classes populares. Mais do que isso, ele exprimiria parte do “sentimento de gratidão” que os trabalhadores deveriam cultivar, como reconhecimento da outorga da legislação social pelo “gênio do estadista” que presidia o Brasil.

O trabalhismo, desse modo, era o enaltecimento do trabalho, cujo objetivo era a geração de um novo homem, um homem ajustado aos ideais de cidadania propugnadas pelo Estado Novo. A filosofia do trabalhismo tinha como meta afastar a contestação ao sistema de trabalho e espantar o fantasma da malandragem e vadiagem (PARANHOS, 2007).

Segundo Sombrio (2011, p. 29):

O trabalho como categoria ideológica constante nos discursos dos doutrinadores estadonovistas era visto como atividade primordial para o desenvolvimento e posterior acesso do país no *hall* das grandes potências econômicas, tendo o governo papel importante na regulamentação e valorização do trabalho com medidas importantes na área.

Na verdade, reflete Bercito (1990), o trabalho era apresentado como uma ação patriótica, valorizado enquanto um fim social, contribuição dos indivíduos para construir-se a grande nação brasileira. Enquanto isso, os salários insuficientes, a participação política sufocada e as desigualdades sociais estavam presentes, fazendo-se sentir nas expressões artísticas da época, em especial no samba, ritmo no qual se encontra a oposição de todo o

ideário trabalhista pregado pelo Estado Novo: a figura do malandro.

3.3 SAMBA E MALANDRAGEM

A relação música nacionalista-Estado não pode ser caracterizada conforme uma visão simplista que imagina o Estado interferindo diretamente no campo cultural, em face de interesses político-ideológicos que o levariam até à tentativa de estruturação de um projeto hegemônico nessa área. No caso da música, a prática política de alguns intelectuais envolvidos sentimentalmente pela proposta de nacionalização da música brasileira voltou-se para o Estado como o único agente capaz de interferir no seio da sociedade, sem nenhum interesse partidário ou de classe, tão-somente como unificador cultural da nação solapada pela música estrangeira erudita e popular. (CONTIER, 1998, p. 27)

Segundo a historiografia tradicional/oficial, o estigma da preguiça e da indolência acompanham a imagem do Brasil desde que os europeus aqui se instalaram e a ideia de que o brasileiro era desqualificado e não propenso ao trabalho perdurou por séculos da história do país, chegando a constituir um estereótipo marcante do povo brasileiro, quando se generaliza a figura do malandro, não ficando focada nos sambistas, como percebe-se em relação ao samba carioca. Tal estigma fez surgir uma certa “ética da malandragem”, que durante muito tempo, encontrou-se associada à imagem dos compositores e músicos locais, em especial no samba (MENEZES, 2013).

Acredita-se que a generalização do uso do termo malandro/malandragem tenha começado de fato no Brasil por volta dos anos de 1880. Trabalhadores livres e descontentes se opõem ao modelo criado de trabalho/trabalhador ideal. Fato que pode ser compreendido, se pensarmos que éramos uma sociedade escravista a tão pouco tempo. GOMES (2001), corrobora quando diz que devido ao fato de estarem traumatizados – os trabalhadores, agora livres -, pelos anos em que trabalhavam compulsoriamente, bem como pela privação da liberdade, os ex-escravos, vendo-se livres, abdicaram do trabalho regular, o qual identificavam similar à escravidão.

Conforme relata Soihet (1998), já na Primeira República, qualquer manifestação popular era alvo de intenso preconceito e repressão, especialmente o samba, considerado que era como um ritmo com cadência rude, depravado, grosseiro, atrasado, obsceno, enfim, um insulto à moral e aos bons costumes.

Enquanto o Estado Novo se ampara no trabalho e no trabalhador como ideais de Estado e cidadania, as figuras do compositor, músico e cantor popular eram associadas à imagem (nem sempre injustificada) de rebelde e transgressor. O chamado bamba ou malandro apresentava (ou buscava demonstrar) atributos como vadios, briguentos, boêmios, espertos,

conquistadores, isso passava a ideia de posição contrária aquilo que está posto, ou seja, essa sociedade não era o que os representava, ficando quase à margem desta. É o que se viu neste movimento na Capital Federal da época – Rio de Janeiro.

Conforme Matos (1986, p.36)

[...] a malandragem nasceu em lugar e tempo precisos: nesta cidade do Rio, na primeira metade do século XX. Seu surgimento [do malandro] e configuração mítica se confundem com a própria constituição do samba como gênero musical e poético, próprio dos grupos urbanos econômicos e etnicamente “subalternos”. É dentro do samba que se constrói uma mitologia da malandragem [...] Foi no samba que malandro e sambista elegeram, criaram para si uma identidade. Foi aí que se constituiu a metáfora da malandragem como signo de uma cultura que se viu relegada à margem da sociedade, e todavia continuou insistindo em mostrar sua cara.

Dessa forma, de acordo com Vasconcellos e Suzuki (2007), a esfera do trabalho projeta-se sobre a MPB (Música Popular Brasileira) com uma poderosa imagem invertida, quando então o exercício sistemático e radical de negação dos valores positivamente elevados pelo trabalho tornou-se o assunto poético predileto do compositor popular, nas décadas de 30. Nesta, a história do trabalho é narrada ao contrário do ideário da nação.

O operário é o principal personagem, à sombra, ofuscado pela alegre consagração da figura do malandro: marginais, vadios, impostores formam a constelação da malandragem, em torno da qual giram inúmeras estrelas da música popular brasileira (VASCONCELLOS; SUZUKI, 2007, p. 505).

Com isso, no início da Segunda República, a malandragem se tornaria a temática predileta do compositor popular, configurando-se ao mesmo tempo como um código poético e uma regra de saber-viver. De acordo com Vasconcellos e Suzuki (2007), a partir daí, a figura do sambista passou a ser confundida cada vez mais com o rosto do malandro, num processo progressivo de interiorização de uma personalidade na outra. Samba e malandragem tornaram-se sinônimos: de um jeito ou de outro, o samba acaba se aproximando da malandragem, seja como recurso temático, seja pelo modo boêmio de viver e de não trabalhar, seja através da observação caricatural do próprio malandro.

O ofício da malandragem consiste-se na ludibriação e do passar “a perna” em “trouxas”, estes chamados de “vargolinos”, para designar o ingênuo, o tolo que facilmente se deixa ludibriar pelas espertezas e artimanhas do malandro. O lócus da malandragem eram as mesas de sinuca, o jogo de tampinhas, o carteadado e os “contos do vigário”. Para o malandro, o trabalho constitui-se uma verdadeira afronta “coisa de Mané (BAIÃO, 2013).

A música “Não há”, de Ismael Silva, Francisco Alves e Nilton Bastos, uma das pioneiras do samba malandragem, demonstra um dia típico de “trabalho” da malandragem: “Trabalho igual ao meu/todo o mundo quer/mas nem todos podem arranjar/pego às onze

horas/largo ao meio-dia/e tenho uma hora pra almoçar”.

Para Da Matta (1994, p.54), “o malandro seria um profissional do jeitinho”, que faria uso “de expedientes, de histórias e de contos-do-vigário, artifícios pessoais que nada mais são que modos engenhosos de tirar partido de certas situações”. O malandro, valendo-se do “jeitinho”, integra-se à sociedade e, nessa relação com o social, busca sempre levar vantagem em tudo. Aliás, essa personagem social representa um dos precursores da nossa afamada “Lei de Gérson”⁴, aquela segundo a qual o importante é “levar vantagem em tudo”, lema que, na perspectiva da malandragem, deveria substituir o “Ordem e Progresso” de nossa bandeira nacional, haja vista o culto à “esperteza” que tanto caracteriza o imaginário tupiniquim. Levar vantagem em tudo constitui a filosofia de todo malandro que se preza, e nisso o velho malandro se revela um mestre absoluto e paradigmático.

Segundo Sandroni (2001), a primeira alusão impressa que se tem sobre a malandragem já se relaciona com o universo da música popular: a coletânea de modinhas e lundus de Eduardo das Neves, intitulada *O trovador da malandragem*, publicada em 1904. Mas é somente ao final dos anos 1920 que o malandro começa a ser tema recorrente nas letras de samba e quase sinônimo de sambista. Matos (1994) focaliza o malandro relacionado ao mundo do samba, e também o associa à estrutura socioeconômica do país. Descreve o malandro como um personagem que preza pelo prazer, onde o desprazer é associado ao trabalho braçal duro e mal remunerado reservado aos pertencentes à classe baixa.

Neste sentido, várias são as composições produzidas no Rio de Janeiro nos finais dos anos 20 e início da década de 1930 que demonstram a tradição malandra no interior do samba.

Os primeiros sambistas a expressarem ardentemente uma posição contrária a

⁴ “Lei de Gérson”, aquela segundo a qual o importante é “levar vantagem em tudo”, lema que, na perspectiva da malandragem, deveria substituir o “Ordem e Progresso” de nossa bandeira nacional, haja vista o culto à “esperteza” que tanto caracteriza o imaginário tupiniquim. Levar vantagem em tudo constitui a filosofia de todo malandro que se preza, e nisso o velho malandro se revela um mestre absoluto e paradigmático. Ou seja, um mestre do jeitinho. Como nos ensina Roberto Gomes: “O ufanismo brasileiro privilegia um objeto: o jeito. É voz corrente que damos um jeito em tudo, do existencial ao político, do físico ao metafísico. E não paramos aí: ficamos muito satisfeitos em ser, pelo que nos parece, o único povo capaz de tão saudável atitude. Creio que o elemento constitutivo do jeito seja a não-radicalização um distanciamento das posições a serem tomadas, o que combina com nosso modo oblíquo de olhar as coisas e nosso peculiar ceticismo. Um homem que se exalta perde a capacidade de “dar um jeito”. Um país que entra num processo revolucionário não soube descobrir o “jeito” de evitar coisa tão desagradável. É saber ver: para o brasileiro - futebol posto de lado -, o máximo ridículo é ser apanhado “crendo”. Seja em política, Filosofia ou religião. Nunca nos sentimos mais estúpidos do que no momento em que alguém aponta a nossa radicalização, nosso empenho num projeto. Envolver-se determina a perda daquilo que confundimos com espírito crítico: a imparcialidade da Razão Tupiniquim. Numa atitude dissolvente que sempre nos acompanha, ao modo de manter um pé atrás, nos afastamos das posições a assumir. Daí, o jeito”. (GOMES, Roberto. **Crítica da Razão Tupiniquim**. – 11. ed. – São Paulo : FTD, 1994. – (Coleção prazer em conhecer). p. 42.

ideologia trabalhista, eram os desfavorecidos, dentre estes encontramos negros, descendentes diretos de escravos, brancos pobres, imigrantes, enfim, os cicatrizados historicamente pela experiência cruel do capitalismo selvagem e da escravidão, quando então a afirmação do ócio é para todos a conquista de um intervalo mínimo entre a vida cruel e a nova e precária condição de mão de obra desqualificada e flutuante. Assim, o fenômeno da malandragem refletia os desdobramentos dramáticos de uma mão de obra sofrida na forma do caráter contraditório da integração dos desfavorecidos na sociedade de classes.

Segundo Baião (2013), o malandro participa de uma formação social peculiar na sociedade brasileira. O seu universo característico oscila entre a ordem estabelecida e as atitudes transgressivas, e dessa convergência dos mundos do permitido e do proibido emerge certa ausência de juízo moral, uma vez que se descortina para essa figura social uma relativa correspondência e fluidez entre os espaços sociais da ordem e da desordem. Para o malandro, ordem e desordem são extremamente relativos e se comunicam por caminhos inumeráveis. Assim, o malandro não padece de conflitos de consciência, uma vez que seus parâmetros de distinção entre o lícito e o ilícito se mostram tênues, relativos e fluidos. O malandro representa, nessa perspectiva, um ser do entremeio entre os parâmetros do lícito e do ilícito no contexto histórico brasileiro, marcado pela extrema desigualdade social que nos caracteriza como povo desde os tempos coloniais.

Matos (1982, p.79-82) analisa:

A rejeição ao trabalho esteia-se num sentimento de descrédito e desilusão às compensações oferecidas pelo trabalho tal como ele se dá em nosso sistema socioeconômico. No samba malandro, o descrédito no trabalho decorre do lugar reservado ao proletariado no sistema capitalista. O que está contido na rejeição ao trabalho é a consciência de que a sociedade capitalista raramente permite o deslocamento do indivíduo negro para dentro de sua hierarquia econômica e social. O sistema não permite que o proletário negro mude de lugar, atravesse a fronteira, ainda que esteja sempre a proclamar tal possibilidade como prêmio para o proletário esforçado ou mais talentoso. Nessa perspectiva, o trabalhador não passa de um 'otário' para o malandro.

Conforme se verifica, durante o início da Primeira República, valores opostos circularam socialmente, como aqueles que envolviam o culto ao trabalho regular e metódico, mas também aqueles que negavam essa maneira de viver e exaltavam o samba e a boemia. Segundo Paranhos (2001), isso se retratou na produção musical da época que oscilava entre a afirmação do batente e a glorificação da batucada. O regime autoritário de Getúlio incentivou a industrialização do país, patrocinou uma política cultural e elevou os trabalhadores à condição de personagens centrais do regime. Embora as mudanças sociais e econômicas ocorridas tenham transformado um dos países mais pobres e atrasados do mundo em uma

economia e uma sociedade de dinamismo inegáveis, ela continuava marcadamente desigual.

Devido a isso, este estilo musical seria então perseguido na Era Vargas, frente ao seu caráter potencialmente desestabilizador da ideologia trabalhista que então se buscava implantar. Para se contrapor ao samba malandro, a máquina ideológica do governo varguista teria produzido o samba exaltação, sempre apontando as grandezas do país e as vantagens de se trabalhar honestamente. Assim, através da censura e do aliciamento, a malandragem seria afastada do meio musical nos anos do Estado Novo. Porém, apesar da orientação estatal varguista, no sentido da exaltação da vida regrada e do culto ao trabalho, vários sambistas insistiram em cantar a malandragem durante tal período autoritário da história, conforme se apresenta no capítulo a seguir.

4 O SAMBA-EXALTAÇÃO E O SAMBA MALANDRAGEM: O PODER DO CANTO QUE INSPIRA OU CONSPIRA NO ESTADO NOVO

Conforme visto, conquistar a participação da massa de trabalhadores na tarefa de promover o desenvolvimento econômico do país era a intenção da exaltação do trabalho promovida no período. O "trabalhismo" foi insistentemente ressaltado nos discursos oficiais. Porém, não só ali, pois atingiu até manifestações e o lazer popular.

Conforme Bercito (1990), no rádio os programas de auditório, os musicais e depois as novelas eram os principais atrativos culturais do período, tanto da elite, como das classes menos favorecidas. A música popular brasileira tomou grande impulso por meio da popularização dos cantores pelo rádio. Carmem Miranda e o Bando da Lua, Mário Reis, Orlando Silva, Emilinha Borba, Francisco Alves, Vicente Celestino e tantos outros, pelas rádios Mayrink Veiga e Nacional (RJ) e Record e Tupi (SP), levavam suas vozes a todos os lares, onde também chegavam as notícias do Brasil e do mundo pela voz do Repórter Esso. A indústria fonográfica crescia. Compositores como Ismael Silva, Ary Barroso, Noel Rosa, Ataulfo Alves, passaram a ser reconhecidos.

Na música, ainda, Villa-Lobos era o compositor oficial do regime. O cinema celebrizava os grandes mitos de Hollywood, como Greta Garbo, Tyrone Power, Loretta Young, Robert Taylor, Clark Gable, Marlene Dietrich. Incrementava-se a produção nacional de cinema com as companhias Atlântida e Cinédia. O teatro de revista com suas vedetes marcava outra forma de diversão. E os cassinos, ou às grandes festas promovidas pelo Estado Novo, frequentavam a elite milionária. O futebol se popularizava, levando grande torcida para os estádios, como o recém-construído Pacaembu, em São Paulo. Viadutos, a verticalização das construções, passavam a marcar a paisagem urbana. Com obras como a Pampulha, em Belo Horizonte, e o edifício do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro, produzia-se uma arquitetura de nível internacional. Um Brasil mais moderno, urbano, industrializado, se anunciava (MARTINS, 2015).

Segundo Bercito (1990), o samba descia os morros e começava a ser valorizado. Os primeiros desfiles oficializados de escolas de samba marcavam a animação do carnaval. Marchinhas carnavalescas, ainda hoje cantadas (Taí, Linda Morena, Marchinha do grande galo cócócócócó., por exemplo), foram compostas para os bailes de então. O maior deles era o do Municipal do Rio de Janeiro.

Com isso, vários sambas e marchas carnavalescas referiam-se ao trabalho de uma maneira positiva. Porém, não se pode esquecer o forte controle exercido pela censura por

meio do DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda.

De acordo com Gomes (1996), o DIP foi resultado do Decreto-Lei nº 1.915, de dezembro de 1939, porém, suas origens remontam ao Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), criado em 1934 no contexto das eleições indiretas para a presidência da República pela Assembleia Nacional Constituinte. Conforme Gomes (1996), observando-se esta sequência, percebe-se que as preocupações de Vargas quanto ao uso de técnicas modernas de propaganda política não datavam do Estado Novo (CARVALHO, 2009).

O DIP estava diretamente vinculado ao gabinete presidencial e tinha por objetivo duas faces opostas e complementares:

Tratava-se de difundir amplamente a imagem do novo regime que se instalara em novembro de 1937 e de combater a veiculação de todas as mensagens que lhe fossem contrárias. Para tanto, o órgão deveria ser um grande mecanismo de promoção da figura do chefe de Estado, das autoridades que o cercavam e das iniciativas políticas então implementadas, produzindo e divulgando o noticiário oficial e supervisionando todos os instrumentos de comunicação de massa. O alcance dessa proposta traduzia-se na estrutura do próprio órgão, dividido em cinco seções: propaganda, radiodifusão, cinema e teatro, turismo e imprensa. A centralidade da seção de imprensa nesse conjunto é evidente, já que era o *locus* de produção principal dos elementos do discurso que deveriam ser trabalhados e transmitidos por todos os demais meios de comunicação, segundo suas linguagens particulares e recursos tecnológicos específicos (GOMES, 1996, p. 63).

Dessa forma, a veiculação das ideias do regime, sua propaganda e o controle das possíveis discordâncias eram feitas pelo DIP, que buscava estabelecer mecanismos de persuasão no sentido de garantir a adesão coletiva ao regime. Para Bercito (1990), ampliava-se, com isso, o controle social, levado além da repressão pura e simples (BERCITO, 1990).

Com isso, desenvolveu-se na época o chamado samba-exaltação, com clara intenção de propagar os conteúdos ideológicos do Estado Novo. Para Vicente (2006, p. 18), o samba-exaltação seria “uma espécie de contraponto musical e ideológico ao sambamalandro”.

Para Lopes (2003, p. 19), o samba exaltação trata-se de:

[...] samba de caráter grandioso, com letra patriótico-ufanista e com arranjo orquestral pomposo. O protótipo do gênero é *Aquarela do Brasil*, de Ary Barroso, gravado pela primeira vez em 1939, na voz de Francisco Alves. No auge do Estado Novo, esses sambas eram, em geral, feitos sob inspiração do órgão de propaganda do governo e lançados no teatro de revista, para exaltar as virtudes da terra e do povo brasileiro. Os grandes autores do gênero foram, além de Ary Barroso, os compositores e letristas Vicente Paiva, Alcyr Pires Vermelho, Chicana de Garcia, Luís Peixoto e David Nasser, entre outros (LOPES, 2003, p. 19).

Com o samba-exaltação, conforme relata Paranhos (2007, p. 181), surge também “a cruzada antimalandragem, que objetivava interromper a íntima relação que, ao longo da história da música popular brasileira, unira o samba ao malandro”.

Com isso, Vargas buscava incorporar os conteúdos ideológicos do Estado Novo (trabalhismo, nacionalismo) na cultura popular, como forma de eliminar os aspectos não desejáveis que eram difundidos nas letras das músicas, e no samba em particular.

Sobre isso, Vicente (2006, p. 8) afirma:

[...] o samba foi particularmente visado dentro dessa ação, tanto em relação ao samba-malandro, com sua persistente menção aos malefícios do trabalho, como em relação ao carnaval, com seu imenso potencial de transgressão aos costumes e à ordem. Os malandros tiveram suas composições fortemente censuradas e/ou foram cooptados a reproduzir os conteúdos ideológicos preconizados pelo Estado. O carnaval, por sua vez, foi firmemente atrelado à estrutura governamental e disciplinarizado até os limites da militarização. Seus sambas-enredo passaram, por decreto oficial, a exaltar os temas nacionais os e personagens históricos caros ao Estado.

Martins (2015) reflete que o samba-exaltação foi resultado das duas estratégias do DIP para eliminar a figura do malandro e da apologia à malandragem da produção musical no Brasil: a rigorosa censura quando as letras fossem inadequadas e a cooptação dos sambistas para que retratassem nas composições o valor do trabalho e da vida regrada.

Dessa forma, “através da censura e do aliciamento, a malandragem seria afastada do meio musical nos anos do Estado Novo” (GOMES, 2004, p. 171).

Um dos primeiros sambas de exaltação, que em sua origem era de protesto, foi o “O bonde de São Januário”, de Wilson Batista e Ataulfo Alves, cujo refrão original dizia: “O bonde de São Januário leva mais um sócio otário, sou eu que não vou mais trabalhar”. Segundo Paranhos (2007), o título “Bonde de São Januário”, “coincidentemente” faz alusão ao estádio do clube Vasco da Gama, lugar em que Getúlio Vargas utilizava para reunir a massa trabalhadora e proferir discursos patrióticos e cívicos.

Com a interferência do DIP, a música passou a ser:

O bonde de São Januário

Quem trabalha é quem tem razão
 Eu digo e não tenho medo de errar
 O bonde São Januário
 Leva mais um operário
 Sou eu que vou trabalhar
 Antigamente eu não tinha juízo
 Mas resolvi garantir meu futuro
 Sou feliz, vivo muito bem
 A boemia não dá camisa a ninguém
 E digo bem (ATAULFO ALVES; WILSON BATISTA, 1941).

Conforme se verifica, sob a intervenção do DIP, passou a haver uma "regeneração" dos malandros, por meio de letras que exaltavam o trabalho e os valores familiares e honestos.

Outros sambas demonstram como essa ótica passou a ser tema corrente das composições do período, como o “Eu trabalhei”, de Roberto Riberti e Jorge Faraj (1941), "O Negócio é Casar", de Ataulfo Alves e Felisberto Martins (1941), e o "O Bonde Piedade", de Geraldo Pereira e Ari Monteiro, de 1945:

Eu trabalhei

Eu hoje tenho tudo, tudo que um homem quer
 Tenho dinheiro, automóvel e uma mulher
 Mas para chegar até o ponto que cheguei
 Eu trabalhei, trabalhei, trabalhei
 E hoje sou feliz
 posso aconselhar
 Quem faz o que eu já fiz
 Só pode melhorar
 E quem diz que o trabalho
 Não dá camisa a ninguém
 Não tem razão. Não tem. Não tem.
 (Roberto Roberti e Jorge Faraj, 1941)

O negócio é casar

Veja só...
 A minha vida como está mudada
 Não sou mais aquele
 Que entrava em casa alta madrugada
 Faça o que eu fiz
 Porque a vida é do trabalhador
 Tenho um doce lar
 E sou feliz com meu amor

O Estado Novo
 Veio para nos orientar
 No Brasil não falta nada
 Mas precisa trabalhar
 Tem café, petróleo e ouro
 Ninguém pode duvidar
 E quem for pai de 4 filhos
 O presidente manda premiar...
 [breque] é negócio casar (ATAULFO ALVES, 1941).

Bonde Piedade

De manhã eu deixo o barracão
 Vou pro ponto de seção
 Cheio de alegria
 Pego o bonde Piedade
 Desembarco na cidade
 Em busca do pão de cada dia
 A princípio meu ordenado
 Era pouco e muito trabalho
 Agentei o galho e o tempo passou
 Agora fui aumentado
 Passei a encarregado
 A minha situação melhorou (Geraldo Pereira e
 Ari Monteiro 1945).

Contudo, apesar da orientação estatal varguista, no sentido da exaltação da vida

regrada e do culto ao trabalho, vários sambistas insistiram em cantar a malandragem durante o período. Segundo Paranhos (2007, p.23):

Se, de um lado, houve um elevado número de composições e compositores populares afinados com o regime e com a valorização do trabalho, de outro despontaram, como um tipo de discurso alternativo, canções (sambas em sua maioria) que traçaram linhas de fuga em relação à “palavra estatal” [...] ao intervir discursivamente nas questões ligadas ao mundo do trabalho, a área da música popular não se resumiu à mera caixa de repetição do discurso hegemônico.

Um exemplo desta orientação pode ser vista na letra do samba “Senhor Delegado”, em que o malandro que é autuado vem a se defender da acusação de vadiagem que lhe é imposta descrevendo-se como um trabalhador que se encontra dentro da ordem, encontrando argumentos para justificar seus ares de malandro (sem documento, pisar macio, andar alinhado):

Senhor delegado

Senhor Delegado,
Seu auxiliar está equivocado comigo
Eu já fui malandro, dotô
Hoje estou regenerado

Os meus documentos
Eu esqueci, mas foi por distração (comigo não)
Sou rapaz honesto
Trabalhador, veja só minha mão (sou tecelão)

Se ando alinhado
É porque gosto de andar na moda
Se piso macio
É porque tenho um calo que me incomoda (na ponta do pé)
Se o senhor me prender
Vai cometer uma grande injustiça (na Lapa)
Amanhã é domingo
Tenho que levar minha patroa à missa (na Penha)

Conforme relata Medeiros (2009, p. 4):

O malandro, no governo Vargas, foi um sujeito que não aceitou a realidade imposta, a padronização. Mas, que com a perseguição dos órgãos culturais repressores como o DIP, tornou-se o malandro regenerado em uma adaptação enganadora. Afinal, não seria nada bom para o sambista malandro ser ligado a uma imagem de fracasso e aversão ao trabalho em um regime que pregava a reabilitação do trabalho. Por isso, sua atitude foi de um aparente aceitar das regras instituídas. Malandramente o sambista lutava contra a cultura no singular, imposta pelo Estado Novo. Situava-se entre o capitalista integrado ao sistema e o proletário excluído, mas lutava com as armas que possuía (samba) para negar sua participação nessa estrutura.

Em "Sete e meia da manhã", Dircinha Batista registra a via-crúcis de uma operária na luta pelo pão-nosso-de-cadadia. Berra o despertador, seu companheiro a acorda, vira para o lado, puxa a coberta e torna a dormir, e lá vai ela, a contragosto, trabalhar:

Sete e meia da manhã

(...) Estou atrasada
 E se não for para o batente
 Ele vai me dar pancada
 Estou tão cansada
 De ouvir todo dia
 A mesma toada
 O apito da fábrica a me chamar
 Levanta da cama e vem trabalhar
 Mas que viver desesperado!

Seguindo essa mesma linha está o samba “Oh! Seu Oscar” (composição: Ataulfo Alves e Wilson Batista; lançamento: 1939), cantado por Cyro Monteiro e sucesso do carnaval de 1940. Nele narra-se o drama amoroso de Seu Oscar que é abandonado por sua mulher. Esta que preferiu viver na orgia, apesar dos esforços de seu companheiro de, inclusive, ir trabalhar na tortura que é o emprego no cais do porto. Mais uma vez, portanto, foge-se da concepção do trabalho defendido pelo regime de Getúlio Vargas, igualando o trabalho ao sofrimento.

Oh! Seu Oscar

Ceguei Cansado do Trabalho
 logo a vizinha me falou:
 Oh! Seu Oscar, ta fazendo meia hora
 que sua mulher foi-se embora
 e um bilhete deixou
 o bilhete assim dizia:
 não posso mais
 eu quero é viver na orgia!
 fiz tudo para ver seu bem-estar
 até no cais do porto eu fui parar
 martirizando o meu corpo noite e dia
 mas tudo em vão, ela é da orgia [...].

A letra de “Oh! Seu Oscar!” também foi estudada por Paranhos, que analisa:

Seu Oscar, estivador, com seus braços de carvalho, suportara por ela [sua mulher] um pesado fardo. O trabalho, mais uma vez, é associado a sacrifício, a martírio, em completo descompasso com o que se apregoava na ideologia do trabalhismo. O trabalhador, aliás, é indiretamente convertido em otário, dando o duro no batente ao mesmo tempo em que sua mulher se atira à orgia (PARANHOS, 2007, p. 186).

A canção “Vida apertada”, samba escrito por Ciro Souza e cantado por Cyro Monteiro, com lançamento datando de 1940, também faz uma crítica direta ao trabalho, sendo de estranhar que tenha passado pela censura do DIP.

Vida apertada

Meu Deus, que vida apertada
 Trabalho, não tenho nada
 Vivo num martírio sem igual
 A vida não tem encanto
 Para quem padece tanto
 Desse jeito eu acabo mal

Ser pobre não é defeito
 Mas é infelicidade
 Nem sequer tenho direito
 De gozar a mocidade
 Saio tarde do trabalho
 Chego em casa semimorto
 Pois enfrento uma estiva
 Todo dia lá no 2
 No cais do porto
 (Tadinho de mim: breque)

Conforme Paranhos (2006), não há um momento sequer nesta canção em que trabalho seja percebido positivamente. Retrata-se a vida difícil e infeliz de um trabalhador. Para completar há o breque “tadinho de mim, ai”. Os breques costumavam ser usados para burlar a censura, afinal, não entravam na letra da música.

Desse modo,

A malandragem sambística, nesse contexto [do Estado Novo], aparece como um mal a ser erradicado. Através de um aliciamento indireto, o Departamento de Propaganda incentiva os sambistas a fazerem o elogio do trabalho contra a malandragem. Convite em grande parte fracassado, no entanto, e por uma razão que podemos entender bem. Embora alguns sambas procurem efetivamente assumir um *ethós* cívico no nível das letras, essa intenção é contradita pelo gesto rítmico, pelas pulsões sincopadas que opõe um desmentido corporal ao tom hínico e à propaganda trabalhista. A tradição da malandragem resiste, de dentro da própria linguagem musical, à redução oficial, produzindo curiosas incongruências de letra e música, e sobrevive intacta ao Estado Novo (WISNIK, 1992, p. 120).

Frente a isso, pode-se verificar que o enquadramento do bom malandro possibilitou a propagação do samba exaltação. Contudo, muitos compositores permaneceram com as críticas às condições sociais brasileiras em suas letras. Com muita irreverência e metáforas enganaram a censura e fizeram sucesso em tempos de “inquisição” musical.

Portanto, embora os compositores tivessem de enfrentar a obrigação de submeter suas obras aos censures do DIP não foram poucas as gravações que transbordaram os limites admitidos. Dessa forma, muitos sambistas não aderiram ao samba-exaltação, pois no dizer de Paranhos (2007, p. 181): “[...] uma porção não desprezível de canções avançaram o sinal vermelho e, recorrendo a ardis variados, furaram o cerco da ditadura”.

Outra demonstração de que a ideologia trabalhista não conseguiu uma penetração mais do que superficial na obra dos sambistas é a de que, logo após o fim do regime estado-novista (ou seja, já no carnaval de 1946), os "regenerados" demonstravam claramente a fragilidade de sua conversão (MARTINS, 2015).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Associada com representações de insegurança, desonestidade, imoralidade, preguiça e indolência, o malandro é uma figura popular nos temas de samba entre 1910 e 1920. Porém, com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) procurou eliminar essa figura na década de 1930 e 1940, por meio do samba-exaltação.

Devido a isso, o papel de malandro e a vida boêmia propagados pelas letras de samba foram duramente combatidos pelos aparelhos varguistas, afinal, ociosidade e malandragem não se coadunavam com o ideal nacionalista e de trabalhismo que o governo procura difundir para o país. No geral, tudo que era considerado como conspirador ao ideal patriótico de Vargas era fortemente reprimido pela polícia e pelo DIP. Isso porque, com a criação do DIP buscou-se estabelecer e legitimar um modelo de comportamento social a partir das representações que eram tratadas nas canções.

Os sambas desse modo foram objeto de Estado e de regulação social, quando este exige a inclusão de letras nacionalistas, patrióticas e de amor ao trabalho. O samba então aparece higienizado, reeducado e modernizado por agentes do Estado Novo, para servir na difusão da ideologia do projeto nacionalista de Vargas.

Frente ao caráter dúbio das composições, pode-se afirmar que alguns malandros de fato assumiram o papel de regenerados, porém, não se pode dizer que isso foi feito com eficácia, uma vez que o caráter ambíguo do discurso malandro não lhe permitia esse papel.

Contudo, a máquina ideológica varguista não erradicou o samba, mas fomentou a cultura do “samba exaltação”, cujas letras apontavam para as vantagens de se trabalhar de forma honesta e para as grandezas do país.

Na verdade, houve músicos populares que seguiram os ditames impostos por meio da adesão relativamente espontânea ao regime, passando a compor letras que enalteciam o mundo do trabalho e a valorizar o Estado Novo. Mas, de outra parte, muitos sambas não se submeteram e buscavam furar o cerco da ditadura, destoando da ideologia trabalhista defendida pelo varguismo.

6 REFERÊNCIAS

BAIÃO, José Geraldo Pereira. Malandro é malandro, mané é mané: a exaltação da malandragem na música de Moreira da Silva. **Música Popular em Revista**, Campinas, ano 1, v. 2, p. 104-120, jan.-jun. 2013.

BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. **Nos tempos de Getúlio**: da revolução de 30 ao fim do Estado Novo. São Paulo: Atual, 1990.

BRASIL. **Constituição do Estados Unidos do Brasil (10 de novembro de 1937)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em: 10 ago. 2015.

CARVALHO, Marcio Mendes. **O Estado Novo e o samba malandro vigiado em Porto Alegre**: Um estudo sobre as ações intervencionistas estatais e as formas de resistência do personagem malandro nos anos 30. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

CORREA, M. A. **A função didático pedagógica na linguagem musical: uma... Educar**, Curitiba, n. 36, p. 127-145, 2010. Editora UFPR

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia?** – 2ª ed. Ver. e ampl. – São Paulo : Brasiliense, 2001. – (Coleção primeiros passos ; 13).

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autentica, 2007.

CONTIER, Arnaldo D. **Passarinhada do Brasil**: canto orfeônico, educação e getulismo. Bauru: EDUSC, 1998.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **As instituições na Era Vargas**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: Fundação Getulio Vargas, 1999.

DEL PRIORI, Mary. VENÂNCIO, Renato. **O livro de ouro da História do Brasil**. – Rio de Janeiro : Ediouro, 2001.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Aula inaugural no College de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 2009, p. 10.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2002.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GOMES, Roberto. **Crítica da Razão Tupiniquim**. – 11. ed. – São Paulo : FTD, 1994. – (Coleção prazer em conhecer). p. 42

GOMES, Tiago de Melo. **Gente do samba**: malandragem e identidade nacional no final da Primeira República. 2001. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi09/topoi9a7.pdf>. Acesso em 15 abr.

2015.

GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores**: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GOMES, Angela Maria de Castro; D'ARAUJO, Maria Celina. **Getulismo e trabalhismo**. São Paulo: Ática, 1989.

GOMES, Angela Maria de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999.

_____. A construção do homem novo: o trabalhador brasileiro. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria Castro. **Estado novo**: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial**: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo. São Paulo: CNPQ, 1990.

LOPES, Ney. **Sambeabá**: o samba que não se aprende na escola. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Folha Seca, 2003.

MARTINS, Franklin. **Quem foi que inventou o Brasil?** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

MATIAS, Carlos dos Passos Paulo. **A ópera do Estado Novo (1937-1945)**: Villa-Lobos e a sua relação com o Ministério Capanema. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Criciúma, 2009.

MATOS, Claudia. O malandro no samba: de Sinhô a Bezerra da Silva. In VARGENS, João Baptista M. (Org.). **Notas musicais cariocas**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MENEZES, Mariana da Costa. **Trabalhar só obrigado, por gosto ninguém vai lá!**: exaltação da malandragem e cultura do trabalho no Brasil da Era Vargas (1930-1945). Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História. Rio de Janeiro, 2013.

NAPOLITANO, Marcos. **História e música**: história cultural da música popular. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria Castro. **Estado novo**: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

PARANHOS, Adalberto. Entre sambas e bambas: vozes destoantes no "Estado Novo. **Revista de História**, Juiz de Fora, v. 13, n. 2, p. 179-192, 2007.

_____. **O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil**. São Paulo: Editorial, 1999.

SIQUEIRA, Magno Bissoli. **Samba e identidade nacional**: das origens à Era Vargas. São Paulo: Editora da UNESP, 2012.

SOIHET, Rachel. A subversão pelo riso: **Estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SOMBRIO, Ricardo Cidade. **A ideologia trabalhista e nacionalista presente na literatura infantil do Estado Novo**: uma análise do livro Os grandes benfeitores da humanidade. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Criciúma, 2011.

VASCONCELOS, Gilberto; SUSUKI JR, Matinas. A malandragem e a formação da música popular brasileira. In FAUSTO, Boris (dir.). **História geral da civilização brasileira**. O Brasil republicano: economia e cultura. Tomo III. V. 4. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

VICENTE, Eduardo. A música popular e o Estado Novo (1937-1945). 2006. Disponível em: <www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/37.pdf>. Acesso em 10 ago. 2015.

WEFFORT, Francisco C. **Formação do pensamento político brasileiro**: ideias e personagens. São Paulo: Ática, 2006.